



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00157**

Brasília, 10 de novembro de 2016.

**Objetivo da reunião:** 4ª REUNIÃO COGEST - 27/10/2016

Horário e local: 14h - Sala de Sessões

Assunto: Planejamento estratégico

<b>Participantes</b>	<b>Função/Cargo</b>	<b>Unidade</b>
Ministro Mauro Campbell Marques	MAGISTRADO	CG
José Antonio Savaris	MAGISTRADO	SG
Reginaldo Márcio Pereira	MAGISTRADO	JA-CG
Eva Maria Ferreira Barros	DIRETOR-GERAL	DG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Lúcio Melre da Silva	SECRETARIO	STI
Cintia da Silveira Lima	ASSESSOR-CHEFE	ASCOM
Silvana Conceição Dias Soares	SUBSECRETARIO	SUEST
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Leonardo Ferreira de Oliveira	ASSESSOR A	ASESP-IGI
Marcos Teixeira	CHEFE DE SECAO	SEGESP
Marcos Antonio Kronenberger	SUPERVISOR DE SETOR	SETADE
Alex Pena Tosta da Silva	CHEFE DE SECAO	SEPLES
Jaqueline Aparecida Correia de Mello	SECRETARIO	SCE
Desembargador Federal Hilton Queiroz	Presidente	TRF1
Desembargador Federal, Poul Erik Dyrlund	Presidente	TRF 2
Desembargadora Federal Cecília Marcondes	Presidente	TRF 3
Desembargador Federal Luiz Fernando Penteadó	Presidente	TRF 4

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Desembargador Federal Rogério Fialho	Presidente	TRF 5
Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa	Gestor do projeto	TRF1
Juiz Federal Osair Victor	Gestor de metas	TRF2
Juiz Federal Eduardo Picarelli	Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul	TRF4
Maria Lúcia Pedroso	Diretora-Geral	TRF 2
Gilberto de Almeida Nunes	Diretor-Geral	TRF 3
Eduardo Pedone	Diretor-Geral	TRF 4
Carla de Castro Cury	Assessora da Presidência	TRF 3
Juiz Federal Fernando Mattos	Conselheiro	Conselho Nacional de Justiça
Juiz Federal Roberto Veloso	Presidente	AJUFE

**Pauta**

**1. Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos**

Após a abertura e boas-vindas, o Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro Mauro Campbell passou a palavra para o Secretário de Estratégia e Governança - SEG, do CJF, Ivan Bonifácio, que apresentou a pauta da reunião. 1. Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos - o gestor Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa apresentou um breve histórico do projeto e ressaltou as dificuldades que vem enfrentando com o modelo de contratação para desenvolvimento do sistema. Destacou que a alta rotatividade do pessoal terceirizado não permite a continuidade do desenvolvimento do sistema, de acordo com o planejado. Para contornar o problema, propõe cessão provisória de um cargo vago de cada região que, ao final dos trabalhos, seriam devolvidos à origem. O Desembargador Federal Rogério Fialho, Presidente da 5ª Região, comentou que tem cerca 10 cargos de TI para atendimento de todos os sistemas da região, o que torna impraticável a execução da proposta. Os Presidentes das demais regiões relatam situações semelhantes, manifestando não ser possível a adesão à proposta. Para tentar viabilizar a melhor execução do projeto, o Corregedor-Geral solicitou à Diretora-Geral do CJF um estudo para verificar a possibilidade de transformar cargos vagos de todas as regiões em cargos de tecnologia da informação.

**2. Processo Judicial Eletrônico**

O Secretário da SEG apresentou a situação da implantação do PJe na Justiça Federal; as ações planejadas e; ao final solicitou providências que deveriam ser tomadas para fazer avançar o projeto, quais sejam: impulso às ações de implantação na 2ª e 5ª regiões e; formação, no CJF, de um polo para desenvolver aplicações do PJe consideradas prioritárias

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

para a Justiça Federal. O polo seria formado com servidores cedidos de outros órgãos, com vistas a agilizar o atendimento às demandas (issues) do PJe. Quanto aos cronogramas, não houve manifestação conclusiva, uma vez que ainda não há situação totalmente definida sobre prazos para migração da 5ª Região para a versão nacional do PJe e também não está definida, ainda, a data de início da implantação do PJe na 2ª Região. Quanto à formação do polo para desenvolvimento de issues do PJe, o Ministro Corregedor aguardará a reunião do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal (SIJUS) agendada para o dia 28/10, que contará com a presença do Juiz coordenador do PJe, Dr. Marcelo Albernaz, e Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Reginaldo Pereira, que tratarão do assunto. Os presidentes reiteraram que não há como ceder pessoal, restando, como alternativa, a sugestão oferecida pelo Corregedor de realizar estudo para verificar a possibilidade de transformar cargos vagos em cargos de TI, tal como sugerido para atender ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos.

### **3. Pesquisa sobre Demandas Repetitivas**

A Secretária do Centro de Estudos Judiciários, Jaqueline Mello, informou que foi elaborada uma proposta de projeto em parceria com a Universidade de Brasília para a realização da pesquisa, porém, os custos elevados e o tempo da pesquisa inviabilizaram a execução. Para atendimento da demanda, está em planejamento uma nova proposta, a ser conduzida por magistrados e servidores da Justiça Federal com apoio de especialistas. O COGEST aprovou o ajuste no escopo do projeto.

### **4. Carta de Serviços da Justiça Federal**

A gestora, Cintia Lima, informou que o projeto, que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados, como acessar e obter esses serviços, em atendimento à Lei de Acesso à Informação - LAI, será iniciado em novembro, com apoio da área de comunicação do TRF3, que já desenvolveu projeto semelhante.

### **5. Implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).**

O Juiz Federal Eduardo Picerelli, gestor do projeto, apresentou histórico das ações já realizadas e as ações planejadas, que envolvem a integração com a DATAPREV, SERPRO e CEF. O gestor comentou, ainda, sobre a importância de realizar ações de articulação com órgãos internos ou externos ao judiciário que tenham interface (troca de informações e dados) com o judiciário. O Corregedor Geral se prontificou a colaborar nessa articulação. Como próxima ação, o gestor solicitou a manifestação dos TRFs quanto aos sistemas que serão integrados. O prazo acordado para prestar essa informação foi de 15 dias corridos.

### **6. Requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos.**

O gestor do projeto, Pedro Oishi, apresentou as ações já realizadas no projeto piloto no TRF2, que terá o seu escopo validado pela Alta Administração do TRF2. Como próximas ações, o projeto será discutido com os regionais para futura implantação em âmbito nacional.

### **7. Proposta de cancelamento de dois projetos**

Além dos projetos em execução, foi apresentada a proposta de cancelamento de dois projetos: o Desenvolvimento das ações do plano de comunicação da estratégia, com a sugestão de que as ações sejam realizadas regionalmente e o projeto Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira de magistrado da Justiça Federal, pois a primeira etapa, que tratava de diagnóstico sobre a carreira da magistratura, revelou que o

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

escopo do projeto não estava adequado. Todos os tribunais concordaram com o cancelamento dos dois projetos.

**8. Proposta de metas para 2017 - Validação final**

O Secretário da SEG apresentou a proposta de metas já discutida com os Presidentes e na reunião preparatória do 10º Encontro Nacional do poder Judiciário. A proposta foi novamente ratificada pelo COGEST, com ajuste na meta 3, proposto pelo Corregedor-Geral, que ficou com a seguinte redação: Meta 3 - Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos. Os Presidentes acataram a sugestão, porém, o Desembargador Federal Rogério Fialho, da 5ª Região, ponderou que o termo "fomentar" pode tornar a aferição imprecisa e que por se tratar de meta nacional, o CNJ, possivelmente, fará algum questionamento com relação à proposta. Após ponderações a meta 3 ficou com a redação proposta pelo Ministro Mauro Campbell. Além das seis metas definidas para 2017, será realizado o monitoramento dos seguintes indicadores: índice de produtividade de magistrados; índice de produtividade dos servidores; Indicador de sistemas de controles internos: percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos em cada região; Indicador de governança: percentual de aderência às práticas de gestão estratégica em cada região; e Indicador de benefícios previdenciários: tempo de tramitação dos processos referentes a auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e benefício assistencial, da distribuição até o 1º julgamento e da distribuição até a baixa definitiva, no 1º e 2º graus, JEFs e Turmas Recursais. Foi definida ainda a iniciativa: Estudos para se estabelecer laudo padrão com requisitos mínimos a serem observados nas perícias médicas realizadas pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo. A relação das metas está anexa a esta ata.

**9. Aprovação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI**

O Secretário de Tecnologia da Informação do CJF apresentou proposta de alteração do PETI, para atendimento à Resolução n. 211 do CNJ, de 15/12/2015. A proposta que havia sido validada pelas áreas técnicas foi aprovada pelo COGEST por unanimidade.

**10. Novo ciclo de governança**

O Secretário da SEG solicitou ao COGEST autorização para realizar o novo ciclo de governança no mês de novembro. O diagnóstico, que atende à Resolução CJF-RES-2016/00400, deverá ser realizado por meio de pesquisa, a ser respondida por todos os tribunais e seções judiciárias.

**11. Demais participantes da reunião**

Também participaram presencialmente da 4ª Reunião do COGEST: 1) Pelo TRF1: Wânia Maritça, Rafaela Alvim e Marcos Barbosa; 2) Pelo TRF2: Pedro Oishi; 3) Pelo TRF4: Cristian Prange.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

<b>Ref.</b>	<b>Próximas Ações</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data Prevista</b>
1.1	Realização de estudos para verificar a possibilidade de transformar cargos vagos em cargos de TI	Diretoria-Geral	19/12/2016
5.1	Apresentação dos sistemas a serem integrados via MNI.	TRFs	14/11/2016
7.1	Atualizar o portfólio de projetos	SEG	14/11/2016
8.1	Envio ao CNJ da atualização da meta 3.	CJF	04/11/2016
9.1	Submeter resolução para aprovação do PETI ao Colegiado do CJF.	STI	22/11/2016

IVAN GOMES BONIFÁCIO  
SECRETARIO  
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA